

Elmano Freitas e Natécia Campos - Coligação CAUCAIA COM CORAGEM PRA MUDAR

O município de Caucaia

O Município de Caucaia, integrante da Região Metropolitana de Fortaleza, tem cerca de 1.227,9 km² de extensão territorial e uma população de 365.212, segundo estimativa mais recente (2020) do IBGE. Nesse total incluem-se 13.000 indígenas (Tapebas e Anacés) e pouco mais de 425 famílias de comunidades quilombolas, segundo informação aproximada de lideranças étnicas locais.

Com densidade demográfica de 264,91 habitantes/km², seu índice de urbanização é de 89%, um dos maiores do Ceará. O Município está dividido em oito Distritos: Caucaia (Distrito Sede), Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba, sendo os mais populosos o Distrito Sede e Jurema. Bom Princípio, Catuana, Guararu, Sítios Novos e Tucunduba representam os climas de serra e sertão, constituindo propriamente a área rural do município.

1) Potencialidades econômicas e demandas sociais

A estrutura econômica de Caucaia, integrada por mais de 3.500 empresas, combina um amplo setor de comércio e serviços, que representa, segundo dados do IBGE (2015), em torno de 67,71% do Produto Interno Bruto (PIB), com um setor industrial em expansão, que era, naquela data, 31,17% do PIB, e um reduzido setor de agropecuária (1,07% do PIB), mesmo tendo uma extensão territorial maior do que a Fortaleza. A minúscula participação do setor agrícola no PIB é aparentemente inexplicável se se considerar a expressiva presença das comunidades étnicas (indígenas e quilombolas), a forte representação identitária de matriz rural que persiste no imaginário dos sertanejos e dos serranos, assim como a grande extensão territorial agricultável potencialmente disponível.

Outro fato que surpreende é sua reduzida força de trabalho empregada em relação à população total, que em 2015, segundo dados do IBGE, era de aproximadamente 50 mil

trabalhadores. A sua distribuição por setores econômicos, segundo a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2016, do Ministério do Trabalho e Emprego, era a seguinte: indústria – 12.713 empregados formais; Serviços – 8.134 empregados formais; Comércio – 7.840 empregados formais; Administração Pública – 4.390 empregados formais; e Agropecuária – 213 empregados formais. A média salarial dos trabalhadores formais era de R\$ 1.815,48, em 2016. Contudo, predomina a população com rendimentos mensais de até meio salário mínimo *per capita*, 43% especificamente (IBGE, 2017). A população extremamente pobre alcança 33.897 habitantes, o que corresponde a 10% do total da população, enquanto o Estado do Ceará conta com 1.502.924 de pessoas nessas condições, o que corresponde a 17,7% da população total (IPECE, 2017). O Programa Bolsa Família atende a 27.251 beneficiários, com desembolso mensal em torno de R\$ 6,0 milhões (MDS, agosto/2020). A estimativa de Auxílio Financeiro (Lei Complementar 173/2020) diante da Pandemia de Covid-19, até setembro de 2020, chega a R\$ 29,8 milhões (CNM, 2020).

A infraestrutura urbana de Caucaia, embora não seja das piores do Ceará, graças às políticas do governo estadual, ainda registra problemas crônicos cuja solução não tem sido considerada como prioridade pelas administrações municipais mais recentes. Na esfera do saneamento, por exemplo, a taxa de cobertura é de apenas 46,9% do total, entretanto consta no Plano Diretor de Esgotamento Sanitário para a RMF e no Plano Municipal de Saneamento Básico de Caucaia, ambos da CAGECE, o aumento paulatino desse percentual. A rede geral de esgotos atende somente a 39,5%, ainda existindo fossas sépticas (17,8%) e outras formas precárias de saneamento chegando ao elevado percentual de 40,5%.

Diferentemente de Fortaleza, que já possui seu solo totalmente apropriado e bastante valorizado, Caucaia ainda possui enormes glebas. Seu território passou a ser destino dos migrantes rurais que anteriormente se deslocavam para a Capital cearense. Em decorrência disso, passou a ser incluído como território de políticas habitacionais do Estado para enfrentar o problema de moradias populares da Capital. Na medida em que a valorização imobiliária em Fortaleza dificultou cada vez mais o acesso à moradia, o fluxo de emigrantes passou a crescer em direção aos Municípios contíguos da RMF. Caucaia tornou-se um dos principais focos desses movimentos populacionais, abrigando hoje

grandes conjuntos habitacionais e tornando-se origem do movimento pendular de pessoas em direção ao trabalho na Capital.

Caucaia ocupa o terceiro lugar no *ranking* de maior participação no PIB cearense, com a soma de R\$ 5.860,3 milhões no ano de 2017, ficando atrás de Fortaleza (R\$ 61.579,4 milhões) e Maracanaú (R\$ 8.537,5 milhões). O Município obteve ganhos percentuais nessa participação, a qual passou de 2,91, em 2002, para 3,96 em 2017 (IPECE, 2019). Esses ganhos se devem em grande parte à instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), situado entre Caucaia e São Gonçalo do Amarante e ao desenvolvimento do comércio atacadista ocorrido no período.

A instalação do CIPP se configura como um indutor populacional através da geração de empregos no setor da construção civil, comércio, serviços e na própria indústria. A construção do CIPP acarretou também grandes expectativas no setor imobiliário. Essas expectativas estiveram baseadas na geração de novos postos de trabalho que seriam responsáveis pela atração da população de origem intraurbana, intrametropolitana, nacional e internacional.

Como consequência da expansão econômica e populacional, a demanda por moradia vem aumentando, assim como a demanda para instalação de infraestruturas urbanas: saneamento básico, estruturas viárias, equipamentos de saúde e educação e segurança pública, principalmente. Essas demandas recaem em parte sobre os ombros da municipalidade, criando uma grande pressão orçamentária e a necessidade de um planejamento organizacional junto aos governos federal e estadual. As escolhas do Município devem ser pensadas com base na mais absoluta racionalidade e levando em conta os princípios da eficiência e da eficácia da ação pública face à reduzida margem de manobra no campo orçamentário.

2) Uma cidade em meio à *metropolização*

A urbanização atual de Caucaia está expressa em um contexto específico, um estágio de desenvolvimento que se coloca subordinado ao processo de *metropolização* a partir de Fortaleza. A *metropolização* extrapolou a fronteira da Capital do Estado, criando áreas de elevada densidade, em termos relativos, de fluxos de pessoas e mercadorias e até

de informações, constituindo processos múltiplos, intensos e permanentes na região. No caso de Caucaia, há crescente tendência de conurbação, com concentração das condições da reprodução urbana (moradia, comércio e serviços) na sua fronteira oriental com Fortaleza.

Além disso, as transformações no espaço urbano de Caucaia estão intrinsecamente ligadas à desconcentração da indústria de Fortaleza em direção ao CIPP, assim como a um espraiamento da malha urbana condicionado pela dinâmica imobiliária e valorização do solo urbano, culminando na incorporação de novas áreas – principalmente do litoral - ao contexto metropolitano.

Devemos entender que a *metropolização* implica no reconhecimento das várias convergências, justaposições e combinações das múltiplas escalas a partir dos eixos de expansão metropolitana da RMF, que tem a Capital como irradiadora dos processos. No caso de Caucaia, essa dinâmica pode ser sintetizada na tríade produtiva/imobiliária/litorânea. Portanto, os vetores da expansão urbana de Caucaia possuem três grandes blocos de demandas principais no Município:

- a) Demandas de infraestrutura do eixo dos investimentos industriais, decorrentes do CIPP e sua logística;
- b) Demandas de infraestrutura decorrente da expansão metropolitana litorânea em torno da vilegiatura e do turismo; e
- c) Demandas de infraestrutura das camadas populares adensadas na borda da conurbação com Fortaleza.

O processo de *metropolização*, entretanto, embora assimilando os estímulos advindos, em uma ponta, de Fortaleza e, na outra ponta, do Pecém, não alcança uma certa “Caucaia do meio”, ou seja, aquela das serras e dos sertões. Nesses rincões permanece um segmento da população de tradição rural que necessita do efetivo apoio público para realizar-se no regime da agricultura familiar.

3) Serras e Sertões de Caucaia: em busca de novo rural

O baixo percentual do PIB da agropecuária registrado no município de Caucaia (1,07%) não reflete a diversidade do setor quando percorremos a área de sertão do município, quando subimos as suas serras, ou mesmo quando observamos o Censo Agropecuário/2017 do IBGE. A explicação pode repousar na enorme informalidade e na predominância de lavouras temporárias, sem assistência técnica e sem modo de financiamento ou empréstimos adequados.

As características da agropecuária da cidade estão calcadas em estabelecimentos com produtores individuais, do sexo masculino, com idade acima de 35 anos e com nenhum ou baixo nível de escolaridade. Isso, por si só, contribui para a informalidade e dificulta a organização dos trabalhadores (Censo Agropecuário IBGE, 2017).

O predomínio das lavouras temporárias é puxado pela produção de abacaxi, jerimum, algodão, arroz, cana de açúcar, feijão, milho e mandioca, enquanto que as lavouras permanentes se concentram em banana, acerola, caju, café, coco, manga e mamão. A pecuária, por sua vez, possui maior número de estabelecimentos e rebanhos de bovinos, suínos e caprinos, embora a produção de leite e ovos também possa se destacar. Apesar das lavouras temporárias superarem as de caráter permanente, característica típica das regiões de semiárido as quais possuem baixas e concentradas precipitações pluviométricas, como é o caso de Caucaia, um dado a destacar é a reduzida utilização de agrotóxicos, o que vem a estimular a maior participação da agricultura orgânica no município (Censo Agropecuário IBGE, 2017).

O meio rural do município requer atenção especial do poder público, articulação e estímulo na produção, mecanismos eficazes de financiamento, assistência técnica e intensificação do cooperativismo para reduzir a extrema pobreza e controlar a reprodução de famílias economicamente vulneráveis e dependentes, na maioria das vezes, de políticas públicas de transferência de renda e da previdência social, que hoje possui 30.513 beneficiários diretos (INSS, 2017).

Além das potencialidades da agricultura, substituindo paulatinamente a subsistência pela produção familiar, outras atividades não necessariamente ligadas de forma direta à agricultura de subsistência ou familiar podem se desenvolver no espaço rural. A nova

dinâmica da agropecuária se traduz na passagem dos complexos rurais para os complexos agroindustriais desde que organizada numa perspectiva solidária e de cooperativismo. O novo rural também, pode se traduzir em formas de organização não agrícola através de atividades artesanais, serviços e turismo rural.

A integração de serras e sertões requer organização dos trabalhadores através do associativismo ou cooperativismo, crédito subsidiado, apoio técnico, escolas de formação profissionalizante, democratização da água e da terra e melhoria dos acessos viários entre o rural e o urbano. Dessa forma é possível o surgimento de novos empregos através do aproveitamento das potencialidades agrícolas, da pecuária, da pesca, da exploração de pequenas pedreiras, da produção de frutas nas serras e da comercialização solidária da produção em feiras ecológicas e orgânicas.

4) Expansão urbana litorânea e suas contradições: a necessidade da ação reguladora do poder público

No tocante à *metropolização* litorânea da RMF, a urbanização da área segue a linha impulsionada pela comercialização do solo litorâneo, pela expulsão-atração de moradores e pelos investimentos públicos voltados para obras portuárias e turísticas. O espaço litorâneo, inserido na lógica do processo de *metropolização*, passou a ser dimensionado por novas práticas marítimas modernas (lazer, esporte, turismo e vilegiatura).

As cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque são organizadas não para a produção, como foram as áreas industriais como o CIPP, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens como produtos da sociedade de consumo de massa.

No passado recente, a praia era o ambiente da pesca e do trabalho da população local. Hoje, voltou-se ao turismo, à moradia sazonal e à moradia permanente apenas ou em grande parte de estratos *gentrificados*.

Ao mesmo tempo em que o turismo valoriza essas áreas litorâneas, torna-se também um dos responsáveis pela atração e repulsão de pessoas, pois acarreta uma dinâmica populacional marcada pela geração de empregos em vários setores da economia, mas mantém, ao mesmo tempo, pela lógica da reprodução da pobreza na forma de desigualdade

social e residencial, que se agrava na medida em que a moradia se torna mercadoria de restrito acesso pela presença da especulação imobiliária.

Isto posto, existe um conjunto de atores sociais - moradores, incorporadores imobiliários e o Estado - que participam da produção do espaço litorâneo de Caucaia. Muitas ações do poder público na urbanização partem de uma lógica neoliberal permeada de contradições. É necessário repensar e reverter essas ações na direção de mais participação e inclusão social da população do Município.

Nesse âmbito, as ações do poder municipal podem condicionar incisivamente a forma e o conteúdo da urbanização de Caucaia. No que diz respeito à *metropolização*, desde a construção e ampliação das vias de acesso para o litoral oeste com os investimentos no CIPP e à política de fomento ao turismo, as tendências foram traçadas por investimentos públicos estaduais e/ou federais. Cabe agora promover investimentos para garantir não apenas crescimento econômico, mas também e principalmente o bem-estar das pessoas que vivem na cidade.

É necessária uma gestão urbana que mitigue os processos contraditórios produzidos pelo mercado: o primeiro se trata de um processo de “periferização” que se mostra como áreas socialmente frágeis. Um segundo processo é a valorização e especulação imobiliárias das áreas loteadas para classes de alto poder aquisitivo.

O crescimento equilibrado do Município indica a necessidade da interdependência do tamanho urbano: modelo rodoviário, distribuição de infraestruturas em direção a áreas carentes, controle da especulação fundiária e imobiliária, solução dos problemas de transporte, extroversão e *periferização* da população.

5) Conflitos socioambientais e a questão da moradia

A expansão metropolitana litorânea das últimas décadas em direção a Caucaia teve como principal característica a rápida valorização imobiliária dos terrenos, com o crescimento de loteamentos e construções. O motor dessa expansão tem sido o fenômeno da 2ª residência (vilegiatura) a partir da Capital, motivada pelas formas de lazer e veraneio. Um dos primeiros espaços destinados a essa função urbana foi o atual bairro do Icaraí, ainda na década de 1970. Desde então, seguiu-se a rápida urbanização de outros espaços

litorâneos de Caucaia, como Tabuba e Cumbuco, que constituem hoje uma ampla faixa litorânea que se estende ao longo do litoral desde a APA (Área de Preservação Ambiental) do Rio Ceará até a APA do Lagamar do Cauípe.

Em face da fragilidade de ambientes litorâneos - campos de dunas, mangues, restingas e lagoas – a questão ambiental assume uma importância decisiva. A sustentabilidade ambiental diante das crescentes atividades imobiliárias e turísticas requer a adoção de políticas de regulação e controle efetivos. Some-se a isso o processo natural de erosão costeira, que avança desde Iparana e Icaraí e que tem provocado crescente preocupação à população local.

O mercado imobiliário se voltou para o litoral de Caucaia em busca de espaços destinados à população de classes de renda média e alta, com crescente participação de investidores que visam obter retorno lucrativo em longo prazo através de renda de monopólio na faixa litorânea, que é a mais valorizada. O processo de valorização das zonas de praia se ampliou com a vilegiatura na década de 1970, que se intensificou no litoral do Município e subjugou a antiga lógica do território, praticada pelos povos litorâneos, às novas demandas por lazer da sociedade fortalezense e, em seguida, do turismo.

Ademais, Caucaia está inserida na rota turística cearense, sendo o segundo destino preferido dos turistas (SETUR, 2016). Levando-se em consideração que o turismo cearense é expressivo na modalidade sol e praia, Caucaia dispõe de atributos litorâneos que possibilitam o seu desenvolvimento, pois possui uma linha de costa de 44 km e que abrange seis bairros litorâneos Parque Leblon, Iparana, Pacheco, Icaraí, Tabuba e Cumbuco. Lidar com essa atividade econômica de forma sustentável é um dos grandes desafios de Caucaia, sob risco de matar a “galinha dos ovos de ouro”. Caso emblemático é a Praia do Icaraí, que já foi o principal destino do fluxo de veraneio da Capital, mas que já há algum tempo sofre um processo de degradação e padece com vários problemas sociais e ambientais.

Esse quadro socioambiental engendrou restrições no que tange à apropriação das zonas de praia pelas classes de menores rendimentos. O que requer um olhar cuidadoso para uma Política de Habitação de Interesse Social, a ser encarada como forma de potencializar as vantagens locacionais e complementar o impulso gerado pelos

investimentos do mercado imobiliário. Ou seja, uma política de desenvolvimento municipal deve ter presente o conceito de sustentabilidade, mitigando conflitos ambientais em áreas de grande interesse econômico.

É fundamental que o Município planeje a sua tendência de expansão urbana através da criação de mecanismos indutores-reguladores que controlem a atuação do capital incorporador, sob pena de exacerbação das desigualdades sociais na ocupação do tecido urbano, principalmente no que diz respeito à habitação, pois essa é adquirida segundo vários atributos urbanos, tais como meio de interação social e facilidades de acesso a outras atividades urbanas de lazer e de comércio.

6) A integração de Jurema ao Município

Segundo maior Distrito do Município em população (165.459 habitantes), Jurema apresenta uma realidade singular se comparado aos demais Distritos, seja no que tange à sua formação histórico-social, seja no que diz respeito à expectativa política de sua elite dirigente e de boa parte de seus moradores, que, alegando abandono ou desinteresse do poder público municipal, tentou emancipar-se de Caucaia por duas vezes, nos anos de 1992 e 1995.

A singularidade histórico-social de Jurema pode ser sintetizada, em primeiro lugar, na forma como se deu o processo de ocupação dessa porção territorial em relação aos demais Distritos do Município, relacionando-se diretamente com a construção de conjuntos habitacionais, construção iniciada em fins da década de 1970, em um contexto em que a habitação popular ganhava importância estratégica no governo militar de então. A implantação dos conjuntos habitacionais da Jurema deu-se no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990.

Em segundo lugar, o adensamento populacional do Distrito de Jurema deveu-se, principalmente, ao fato do mesmo constituir-se em território limítrofe, fazendo uma forte interface com Fortaleza. Há uma nítida continuidade do tecido urbano e estreitas relações socioeconômicas nessa parte da Região Metropolitana de Fortaleza. O Distrito nasceu como área dormitório para dezenas de milhares de pessoas que trabalhavam e trabalham na Capital cearense. A área central de Jurema se constituiu, ao longo do tempo, em corredor

comercial e de serviços para atender a demanda existente. Esse corredor comercial, composto por pequenos negócios como forma de sobrevivência dos que não trabalhavam em Fortaleza, define uma centralidade que marca a dinâmica urbana do Distrito. Os movimentos pela sua emancipação nasceram dessa dinâmica urbana, embora o poder público municipal tenha se alertado, posteriormente, para o problema, passando a estender suas políticas públicas ao local, o que contribuiu para o arrefecimento de sua vontade de separação do Município de Caucaia.

Uma administração municipal que seja baseada na racionalidade social e no planejamento urbano global sistemático tem que dispensar uma atenção especial ao Distrito de Jurema, sem, contudo, descuidar da necessidade de compatibilizá-la com uma visão de totalidade que envolva os demais Distritos, em particular o Distrito Sede e a região litorânea abrangida pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

7) A crise do tráfego urbano e o problema do transporte coletivo

Os engarrafamentos constantes no sistema viário interno de Caucaia na estrada que liga o Município à Fortaleza pela BR 222 anunciam uma crise que se desenha no horizonte. Como grande parte da população residente trabalha em Fortaleza, o fluxo diário já apresenta constantes engarrafamentos no início da manhã e no final da tarde dos dias de trabalho. As duas ligações viárias principais de Caucaia com Fortaleza (a litorânea, pela avenida Ulisses Guimarães, e a central, pela BR que deságua na avenida Mister Hill, de Fortaleza, já começam a se mostrar insuficientes para dar vazão adequada ao movimento de veículos. O transporte ferroviário entre Caucaia e a Capital, que tem registrado um crescimento crescente depois da modernização do modal com a construção do chamado metrô de superfície, não tem sido suficiente para mitigar o grande movimento que se registra no modal rodoviário.

As estatísticas do DETRAN já registram a existência, em Caucaia, de 42.826 carros, 36.665 motos, 6.944 caminhonetes, 2.186 caminhões, 474 ônibus e 359 microônibus. Como de praxe, a estatística brasileira não apresenta grande confiabilidade, o que permite presumir que o número de veículos, inclusive de bicicletas, talvez seja bem maior. De qualquer maneira, tais números já revelam o elevado volume de veículos e o seu

crescimento contínuo, sem que a estrutura viária do Município e suas ligações com Fortaleza tenham sido ampliadas na mesma proporção de crescimento da população.

Com relação aos deslocamentos, o transporte coletivo é o principal meio de locomoção utilizado pela população de Caucaia. Em termos de transporte coletivo, tem grande destaque, no Município, a empresa de ônibus Vitória que presta o serviço diário à população. Esta empresa atua tanto no deslocamento em direção à Fortaleza (linhas metropolitanas) quanto no deslocamento dentro do próprio Município, isto é, entre os Distritos e localidades (linhas municipais), ocupando praticamente uma posição monopolista.

As reclamações sobre a qualidade da prestação do serviço de transporte coletivo, seja o metropolitano, seja o municipal, bem como sobre o preço das passagens são crescentes e estão a merecer um detido exame da nova administração municipal, tendo em vista o tempo despendido diariamente em viagens e o impacto do custo da passagem no orçamento familiar. Pesquisa nacional feita recentemente registrou que o transporte chega a consumir mais de 18% do orçamento das famílias. Além do mais, há que se registrar que outras cidades brasileiras do porte ou maiores do que Caucaia têm desenvolvido projetos que levam à redução do tempo gasto em viagens, bem como à diminuição do impacto financeiro do transporte no orçamento familiar, tais como a ampliação do passe livre para setores vulneráveis da população, tarifa social em dias determinados da semana e, no limite, tarifa zero nos transportes coletivos.

Uma administração municipal que tenha real compromisso com o conjunto da população e que pretenda promover a inversão de prioridades, deve se debruçar, logo no primeiro ano da gestão, em buscar soluções para impedir que a crise do tráfego urbano possa levar ao seu colapso e para os impactos negativos na vida das pessoas registrados no transporte coletivo monopolizado por empresa privada.

PRINCÍPIOS:

- 1) Inversão de Prioridades: Desenvolvimento da Cidade e Investimentos Públicos voltados prioritariamente para combater as desigualdades sociais e superar a extrema pobreza.
- 2) Democracia, Participação e Transparência na Gestão Pública.
- 3) Atendimento Universal e Humanização na Saúde.

- 4) Cidade Educadora: Educação Pública de Qualidade, Universalização do Acesso e Democratização da Gestão Escolar.
- 5) O Direito à Cidade: Empoderamento da População.
- 6) Sustentabilidade Econômica e Equilíbrio Ambiental.
- 7) Autonomia Financeira do Município.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS:

1) Democracia, Participação e Transparência. Esse é um dos maiores legados das administrações petistas às cidades brasileiras. Planejar com o povo, realizar as assembleias do orçamento participativo, incluindo a discussão coletiva da peça orçamentária: Lei de Diretrizes Orçamentária (LOA), Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Mas é preciso avançar na transparência e no controle social, através da implantação de mecanismos de democracia participativa já contidos na Lei Orgânica do Município, mas que ainda permanecem letra morta, e na promoção de um grande programa de educação fiscal capaz de capacitar cidadãs e cidadãos para o exercício crítico de leitura dos relatórios da execução orçamentária, que, por sua vez, devem ser escritos de forma didática, ao alcance do público leigo. A democratização da gestão pública através da participação popular faz convergir para um círculo virtuoso os problemas e as demandas da população e as decisões governamentais. No caso de Caucaia, a participação popular torna-se imprescindível em face da grande dimensão territorial e da diversidade étnica e geográfica do município.

2) Integração Regional e Consórcios Públicos. A Integração de políticas das diversas áreas é fundamental para a consolidação de um projeto de cidade coordenado e planejado a partir das principais demandas da população. Uma função essencial da política pública pode estar presente em várias secretarias que devem trabalhar compartilhando diagnósticos e ações, evitando sobreposições e desperdício de recursos públicos. Os consórcios públicos, nesse caso um consórcio que abranja a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), são peças de fundamental importância para o município de Caucaia. Compras comuns, combate a epidemias e pandemias, necessidade de utilização de hospitais de traumas, projetos turísticos; sistema integrado de transporte público e outras políticas

direcionadas à Região Metropolitana são alguns exemplos da contribuição que os Consórcios podem oferecer para reduzir esforços e otimizar o uso de recursos orçamentários.

3) Inversão de Prioridades: Desenvolvimento da Cidade e Investimentos Públicos Voltados Prioritariamente para Combater as Desigualdades e Superar a Extrema Pobreza. O município de Caucaia é o segundo mais populoso do Estado (365.212 habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2020) e possui uma extensão territorial de 1.227,9 km², incluindo um rico relevo constituído de planície litorânea, tabuleiros pré-litorâneos e depressões sertanejas. Caucaia possui expressiva população, etnicamente caracterizada por sua origem histórica como aldeamento indígena e, também, como terra acolhedora de negros quilombolas. Os povos tradicionais, juntamente com o segmento dos agricultores familiares, representam, por si, grande potencial na produção de alimentos, levando-se em conta a proximidade do município em relação aos polos consumidores de Fortaleza e Pecém. Considerando, além disso, o segmento urbano de sua população, este já longamente experimentado nas atividades industriais e de serviços, tem-se uma rica composição demográfica/ambiental que precisa estar na base do planejamento das políticas e dos investimentos para o desenvolvimento do município. Portanto, o apoio técnico e financeiro à produção agrícola, o estímulo à abertura de novos empreendimentos no comércio e serviços, a utilização do Fundo de Desenvolvimento Industrial para atrair novas indústrias que geram externalidades, a proximidade com o Porto do Pecém, são vetores dinamizadores do emprego e da renda. Formas de economia solidária e de cooperação social também são elementos importantes a serem considerados para o desenvolvimento socioeconômico local, incluindo o turismo solidário e cooperativo. Através de inúmeros mecanismos criativos e já testados em outros lugares, e apoiados em políticas de transferência de renda que busquem melhorar a qualidade de vida podem prestar uma contribuição decisiva para reduzir as desigualdades socioeconômicas e superar, num horizonte de tempo mais largo, a extrema pobreza em Caucaia. Nessa perspectiva, os investimentos públicos devem dar prioridade às políticas de saúde, ao empreendedorismo, à recuperação da economia e o resgate dos empregos perdidos, sobretudo, durante a Pandemia de Covid-19, são fundamentais para que Caucaia obtenha

sensível melhoria na qualidade de vida de seus habitantes.

4) Atendimento Universal e Humanização na Saúde. O fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) é o caminho mais adequado para buscar atingir, num horizonte decenal, a universalização do acesso à saúde no Município. A pandemia da Covid 19 mostrou como fez falta levar os cuidados de saúde ao conjunto da população. Como elemento decisivo dessa meta de universalização, uma boa formação das equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) pode assegurar um atendimento melhor e mais rápido aos moradores de Caucaia, sempre tão carente da política pública de saúde e tão castigado pela pandemia recente. Bom funcionamento de Postos de Saúde, de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) equipadas, de acesso a exames, aos Centros de Especialidades e Hospitais Secundários com emergência, salas de cirurgias e salas de recuperação, são cruciais para ampliar e humanizar o atendimento da população que mais precisa. A permanente qualificação dos profissionais de saúde também é fundamental para a humanização no atendimento, bem como a paulatina substituição da saúde curativa pela preventiva, através do PSF.

5) Cidade Educadora: Educação Pública de Qualidade, Universalização do Acesso e Democratização da Gestão Escolar. A educação é a principal fonte do Desenvolvimento social e Econômico. A média de anos de estudo de um trabalhador se reflete nos melhores Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH). Da creche à universidade, passando pela pré-escola e os níveis fundamental e médio, a instrução escolar é essencial para a formação de crianças, adolescentes e jovens. A garantia da alimentação escolar, do transporte de estudantes, oferta de boa internet e do material escolar são insumos básicos para assegurar a permanência dos estudantes de origem humilde na instituição educacional. Os programas de alfabetização de jovens e adultos e as escolas profissionalizantes também completam o leque da estrutura do ensino fundamental e médio de uma educação pública capaz de sustentar a universalização do acesso à educação escolar. A manutenção do FUNDEB foi uma vitória importante para o setor que precisa reciclar permanentemente seus professores, construir escolas e creches e melhorar a estrutura física das existentes, com bibliotecas, salas de multimeios, área de lazer e

quadras esportivas nas comunidades rurais e centros urbanos. A transformação da escola como referência comunitária de verdadeira inclusão social é um desafio a ser perseguido, não podendo deixar de se considerar a rica diversidade étnica e cultural característica da população. O círculo virtuoso de uma educação pública de qualidade se completa com a gestão democrática da instituição escolar, pois só uma gestão democrática pode envolver de forma eficaz a participação de pais e mestres, de educadores e educandos.

6) Direito à Cidade. Em função do desmantelamento do Estado tradicional e da crise da democracia representativa, combinadas com o surgimento de demandas e desejos que emergem da sociedade fragmentada como a brasileira, tem tomado forma, ao longo deste último meio século, um conjunto variado de organizações da sociedade civil, desde as de gênero até aquelas vinculadas a minorias sociais, como as de indígenas e quilombolas, que permite afirmar que já existe um espaço entre o Estado e a Sociedade que é público, não-estatal, e no qual os indivíduos e as organizações privadas, como as ONGs, têm de disputar demandas com o interesse público e com o conjunto inarticulado da sociedade. É o que alguns estudiosos chamam de espaço público não-estatal, local de organização de um controle direto da cidadania organizada sobre o Estado. As cidades têm sido o palco de atuação principal dessas organizações. “O direito à cidade” é a bandeira principal desse campo, significando isso que o ato de legislar e de governar não é mais aceito como monopólio da representação, mas deve ser compartilhado com a cidadania, seja por meio dos Conselhos de Co-Gestão do Poder Executivo, seja por meio da Iniciativa Popular Legislativa na Câmara de Vereadores. A Lei Orgânica do Município de Caucaia recepcionou o conceito de Direito à Cidade, instituindo mecanismos e criando organismos que contemplam amplamente a real participação popular, seja na administração, seja na legislação, embora infelizmente até agora permaneça apenas na letra da Lei. É preciso fundir a “cidade legal” da LOM com a “cidade real”, fora da Lei. O passo inicial, nesse sentido, consiste na instalação do Grande Conselho Comunitário do Município e dos Conselhos Comunitários de Distritos, Localidades e Setoriais, bem como dos demais mecanismos contidos na Lei Orgânica do Município. Habitar a cidade é mais do que apenas dispor de um *lugar para morar*. Também é necessário dispor do fornecimento de água potável (inexistente nas comunidades rurais), de saneamento, de segurança e de

serviços urbanos básicos, tais como transporte, vias adequadas de acesso, escola, espaço apropriado de lazer para todos os segmentos etários da população, posto de saúde, coleta sistemática de lixo entre outras.

7) Sustentabilidade Econômica e Equilíbrio Ambiental. Preservação de praças e outros espaços públicos urbanos, parques, rios, lagoas, praias, áreas especiais de preservação, bem como o cuidado com o lixo domiciliar, lixo indivisível, resíduos sólidos, assim como assistência aos animais, são ações que o Município deve transformar numa política permanente, no contexto de um sistema de urbanização e desenvolvimento territorial planejado. Isso implica necessariamente combinar a política de crescimento econômico do Município com a política de preservação do meio ambiente e a ocupação territorial segundo a lógica da cidadania e não segundo a lógica da acumulação predatória do capital. O princípio do desenvolvimento sustentável deve ser o norte das políticas econômicas da administração municipal.

8) Autonomia Financeira do Município. Desde quando se desregulamentou as relações econômicas no Brasil, os Municípios passaram a ter uma função econômica muito grande, função que antes não tinha. O governo local tem condições de disputar a gestão da economia local e incidir sobre ela. Por exemplo, o Município tem a capacidade legal de regulamentar, de intervir, enquanto aparelho estatal, na alocação de empresas na cidade. O Município tem o direito de renunciar a determinados impostos para proporcionar o desenvolvimento de uma determinada área. Mas, para exercer plenamente esse direito, há que ter capacidade financeira sob seu absoluto controle. Ora, Caucaia depende basicamente das transferências feitas pelo Estado e pela União. Sua capacidade arrecadatória própria é muito baixa. A busca da autonomia financeira torna-se, pois, uma necessidade básica para a execução de políticas públicas inovadoras. Buscar mecanismos fiscais e tributários que possam reduzir a dependência financeira de Caucaia em relação ao Estado e à União até chegar a uma razoável autonomia financeira no horizonte temporal de uma década deve ser uma meta estratégica a ser iniciada pela próxima gestão municipal.

9) Moradia Popular. Política habitacional voltada para a população mais carente da cidade. Levando em consideração o direito à moradia como um direito constitucional fundamental, a política habitacional do Município deve ser efetivada com a participação dos diversos segmentos da população, priorizando a redução das áreas de risco e a redução do déficit habitacional. O aluguel social e as melhorias habitacionais também deverão compor a política voltada para a habitação, sempre calcada no Estatuto das Cidades e na função social da propriedade, definida constitucionalmente.

10) Política para a Juventude. Construir a política com base no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13) e no Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), incentivando a participação, a criatividade, a autonomia, enfim, o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos. Isso se realiza mediante o respeito à diversidade, a promoção da solidariedade e de uma cultura de paz, a valorização do diálogo, e o convívio coletivo. Intersetorialidade entre as políticas, inserção social do jovem, maior oferta de equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, integração das políticas e empreendedorismo juvenil serão ações perseguidas pelo governo municipal.

11) Políticas para Mulheres. Equidade de gênero, intersetorialidade, integração de políticas, empoderamento das mulheres, empreendedorismo feminino, saúde da mulher, enfrentamento à violência, fortalecimento institucional e implantação de equipamentos de apoio a mulher vítima da violência são diretrizes cruciais da política para as mulheres no Município. Políticas de reafirmação da condição social da mulher que combata o machismo e o preconceito são fundamentais para incorporar o tema equidade de gênero em Caucaia e combater a violência contra a mulher, cujo crescimento explodiu neste período de pandemia. Mas isso, embora necessário, não é suficiente para superar a situação de extrema exploração e opressão das mulheres. É preciso avançar nesse campo, caminhando para a socialização do trabalho doméstico como forma de superar a dupla jornada de trabalho e assegurar tempo livre para que as mulheres possam dedicar-se às atividades mais libertadoras, como a cultura e a política.

12) Vulnerabilidade de Segmentos Sociais. Segmentos de mulheres, juventude, pessoa com deficiência, crianças e adolescentes, idosos, negros e LGBT, índios e quilombolas devem ser reafirmados como públicos prioritários de políticas públicas cujo sentido seja o de eliminar a discriminação sexual e racial, abusos, maus-tratos, desrespeito, trabalho infantil e falta de uma cidade acessível. O cumprimento da Constituição de 1988 e de seus desdobramentos requer o reconhecimento do direito à cidade de setores historicamente vulnerabilizados. A Lei Orgânica do Município ratifica o preceito constitucional e a legislação nacional infraconstitucional. É preciso, no entanto, pôr em prática o que a Lei determina.

13) Reconhecimento dos Grupos Étnicos. Em Caucaia, um governo inclusivo e democrático não pode deixar de reconhecer e proteger os povos tradicionais – indígenas e negros – que vivem historicamente no município. Não basta que o governante, pessoalmente, apoie os grupos étnicos, é preciso que o governo mesmo, oficialmente, declare esse apoio e ao mesmo tempo desenvolva ações que possam transformar a sua política de governo em política de Estado. Uma primeira ação neste sentido pode ser realizada nas escolas não indígenas para que a população em geral tome ciência da história. Seria preciso remontar aos tempos coloniais e da escravidão negra a fim de poder descobrir o significado de “território indígena” e “povo de quilombo” em Caucaia. Na base do conflito entre colonizadores e colonizados esteve a luta pela liberdade por parte de índios e negros ameaçados em vista da imposição colonial quanto a obter trabalho a todo custo. Índios foram *aldeados* por jesuítas para não se tornarem escravos e negros escravos se refugiaram para viverem livres. Caucaia foi o *lugar* no qual índios aldeados e negros fugitivos puderam desfrutar desse bem supremo: a liberdade. O problema da terra só se manifestou depois, mais ao final da primeira metade do século XIX, face à demanda por terra por parte dos agentes da colonização. Inicia-se, então, o processo de *regularização* da terra e a paulatina transformação desta em *propriedade*. Os antigos habitantes começam a ser despejados, sendo esse o momento em que falta da terra vai implicar em perda da liberdade. Nessa conjunção histórica é que se dá a necessidade vital do *território* e a noção de que sem *território* é impossível existir identidade étnica.

14) Cultura como Vetor Fundamental do Desenvolvimento da Personalidade. A cultura representa o modo de viver dos povos e se manifesta no que conhecemos como Identidade cultural, manifestações populares, festas tradicionais, patrimônio histórico e cultural, preservação de sítios históricos, incentivo à cultura em suas diversas linguagens (música, teatro, dança, literatura, cinema, artesanato, festivais culinários, cultura popular, cultura de rua, circo, cibercultura, industrial cultural e outros). As culturas são necessariamente partilhadas, sob o risco de sucumbirem quando se isolam. Caucaia é uma cidade particularmente rica do ponto de vista cultural, tanto por causa da diversidade geográfica de seu território, quanto em razão dos condicionantes étnicos de sua história. A política de editais, empreendedorismo cultural, economia criativa – são diretrizes cruciais para que a cultura se transforme, através da multiplicidade de manifestações, num fator de desenvolvimento humano e econômico.

15) Segurança Pública e o Papel do Município. Estabeleceu-se em meio ao senso comum dos brasileiros que segurança pública é o mesmo que controle da violência urbana por parte do aparato policial do Estado. É um fato que a violência praticada nas cidades tornou-se um grande problema para os governos, e Caucaia não é exceção, provavelmente, em razão da histórica desigualdade social. Um governo democrático tem que ter como foco a redução da exclusão social e estabelecer uma cultura de paz garantindo direitos em seus diversos territórios. Nesse sentido, a concepção da segurança pública adotada de forma preventiva requer ações de diversos vetores da política pública. Tendo o nível da violência chegado aonde chegou, a gestão municipal, por meio do setor de segurança pública, precisa atuar no *combate* propriamente dito. Diagnóstico, informação, tecnologia, pesquisa, experiências exitosas, participação em comitê estadual de segurança, plano municipal de segurança, mapeamento dos territórios mais vulneráveis, criação de fóruns de discussão, mediação de conflitos e programas intersetoriais e integrados voltados para a cultura de paz são diretrizes importantes para qualificar o papel do município na segurança pública. Reduzir os índices de criminalidade no Município, em cooperação com o Governo do Estado, será prioridade do Poder Público Municipal.

16) Governança e Gestão Pública. Transparência, participação, controle social,

otimização de recursos, minimização de prejuízos, qualificação permanente de servidores públicos, concurso público, efetivação de planos de carreira, pesquisa de clima organizacional, compra de equipamentos modernos, compras governamentais voltadas para a economia interna, gestão eficiente dos recursos humanos são diretrizes que podem racionalizar a gestão pública, modernizar os procedimentos e os fluxos administrativos e oferecer melhores serviços à população. Assegurar ao corpo de servidores a participação no processo de gestão municipal, como definido na LOM, tornando-a mais receptiva às demandas da população e mais eficiente no seu atendimento cotidiano são compromissos que uma administração democrática e popular considera como essenciais para a nova política de governança da gestão pública de Caucaia.